



CEAS/PR
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR
Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC Rua Jacy Loureiro de
Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -
Palácio das Araucárias
CEP 80530-915

Curitiba - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

**Assembleia Ordinária do
Conselho Estadual de Assistência Social
CEAS/PR 03/07/2015**

Aos três dias do mês de julho do ano de 2015, as 8h 35 min. em primeira convocação, na sala de reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, sito no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR, para a qual os Conselheiros foram previamente convocados. O Presidente do Colegiado, Conselheiro Leandro Nunes Meller saudou os presentes, solicitando o início da auto-apresentação, a saber: -Conselheiros Rubens Marcon (Recanto Espírita "Somos todos Irmãos Maringá), Inês Roseli Tonello (Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE), Vanderlei Augusto da Silva (Pastoral da Criança de Cascavel), Carlos da Silva (Usuário suplente), José Araujo da Silva (Patorial da Pessoa Idosa), Zilma Moraes Oliveira (Usuária), Andreia Gomes Santos (CRESS-11º Região), Paulo Silvério Pereira (APAE de Iporã), Leandro Nunes Meller(SEDS), Delvana Oliveira (SEED), Cíntia Beal Rusch (SEPL), Luiz Nabor Lenz (Usuário), totalizando 12 Conselheiros. Aguardando o limite de quórum regimental, a 2ª convocação ocorreu as 8h 45 min. com a apresentação dos Conselheiros já nomeados acima, com acréscimo de mais 05 integrantes, a saber: -Conselheiras Lorena Mylla Gonçalves (COHAPAR), Silvana Hertz de Oliveira (CRESS-11º Região), Mileny Valéria de Lima (CRESS- 11º Região), Rosilene Lavezzo Mello (CRESS- 11º Região), Marli Vaz Mussulini (SEDS) – 17 Conselheiros. Já no momento seguinte, foi registrada a chegada das Conselheiras Dulce Darolt (SEJU), Viviane Aparecida Ribeiro Santos (SETI), Conselheiro Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (PGE), Coordenadoras Elenice Malzoni (PSE/Seds) e Maria de Lourdes San Roman (Superintendência de Assistência Social /SEDS). O Presidente Leandro Nunes Meller (SEDS) dirigiu-se ao plenário, pontuando ser do conhecimento de todos que o mandato da Sociedade Civil tem duração de dois anos, 1 deles com a Presidência exercida por Conselheiro governamental e o outro pela Soc. Civil. Tomando posse em julho de 2014, em agosto do mesmo ano foi realizada a eleição da Mesa Diretora e Leandro assumiu a Presidência, cabendo a Vice ao Conselheiro Denis César Musial(do CRESS- Regional de Irati). Motivado por dificuldades em conciliar compromissos profissionais, o Conselheiro Denis foi substituído pela Conselheira Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão), que vem desempenhando suas funções com elogiável comprometimento. Vale dizer que no próximo mês de agosto ocorrerá nova alternância, ficando a Presidência sob a guarda da Sociedade Civil, mediante indicação desta representação. Dessa forma, o Presidente Leandro N. Meller (SEDS), evidenciou que na presente assembleia encerraria a sua jornada, não sem antes afirmar com toda a convicção, que esse profícuo período trouxe à sua caminhada profissional experiências enriquecedoras. Alicerçado no qualitativo trabalho de todos, o Presidente Leandro considerou que nesse grupo não existem duas bancadas com idéias separatistas e sim um grande Colegiado. Complementando o seu raciocínio, apresentou aos Conselheiros um bonito texto. Uma das características da Vice-Presidente Inês Roseli Tonello (Apaee de Francisco Beltrão), é justamente traduzir em palavras o sentimento que animam as pessoas. Assim, compartilhou com o grupo de Conselheiros as importantes ações levadas a efeito pelo Presidente Leandro, durante a sua profícuo gestão. Onde o ser humano precisa estar? Questionou ela, é onde as pessoas precisam dele! Decisões tem consequências e o Presidente Leandro Meller soube distribuir todo o seu conhecimento na área social, objetivando bem conduzir esse Colegiado. Por tudo isso, de forma penhorada, agradeceu em nome de todos, o seu companheirismo tão bem demonstrado. Registrada a chegada da Conselheira Tatiana Possa (gestão do SUAS/SEDS). Ao saudar os presentes na plateia e os técnicos da SEDS, o Presidente Leandro Meller incluiu a Conselheira Suplente, Rosilene Lavezzo Mello (CRESS- 11º Região) que pela primeira vez comparecia a reunião do CEAS/PR. Esclareceu que na reunião de Guarapuava, combinou-se que a Conselheira Titular Dionéia Maciel, também do CRESS, participará no 1º ano do mandato e a Suplente Rosilene representaria a instituição no 2º período do mandato. Já a Conselheira Viviane Aparecida Ribeiro, representando a SETI, também iniciou a sua participação nesse Conselho. **·Apreciação da pauta, com a apresentação de possíveis inclusões.** ·Conselheiro Paulo Silvério Pereira (APAE de Iporã) a) Panorama das Conferências nos Municípios b) Participação do CEAS no CEDCA. · Conselheiro Vanderlei Augusto da Silva (Pastoral da Criança- Reg. De Cascavel- a) Solicitações dirigidas aos CMAS, no que se refere a pareceres sobre a Segurança Alimentar- · Conselheira Rosilene- Emissão da carteirinha do idoso. · Registrada a chegada das Conselheiras Marcela Evangelista(SEDS), Noemi Esther Brittes (SESA), das técnicas Márcia Mazarotto e Alzenir Brudeck Sizanosc (SEDS).

64 Conselheira Inês Roseli-alteração da data da Assembleia do próximo mês. Coordenadora Elenice Malzoni
65 (SEDS) -retorno sobre o Encontro Estadual do PETI realizado em Guarapuava- indicação de 2 titulares e 2
66 suplentes, no credenciamento das residências inclusivas- alteração já feita na CIB. Conselheira Delvana
67 – considerações sobre as porcentagens do 2º período da frequência escolar e última participação nesse
68 Ceas/PR. Conselheiro Leandro- questões sobre os moradores de rua da Capital. Nesse momento, a
69 Secretária Executiva Helena N. Gimenez informou ter recebido uma solicitação do Secretário Executivo do
70 Conselho Municipal de Curitiba, no que se refere à alteração de data da Conferência Municipal de
71 Curitiba. A pessoa em questão far-se-á presente no decorrer dessa Assembleia. Ao final desses
72 comunicados, o Presidente Leandro, contabilizou 10 inclusões e uma alteração de pauta. **Aprovada a**
73 **pauta.** **Apreciação e aprovação da Ata referente à Assembleia de 25 e 26 de maio- APROVADA**
74 **·Informes da Secretaria Executiva.** ·Em 28/05/15, recebido o ofício nº 002/2015, procedente do
75 CEDI/PR, solicitando informações sobre a participação de Conselheiros idosos nos outros Colegiados. ·Em
76 28/05/2015, recebido o ofício nº03/2015, procedente do CMAS de Diamante do Oeste, contendo
77 documentos solicitados pelo CEAS. · Em 01/06/2015 recebido documentação procedente da Prefeitura de
78 Missal, conteúdo esse Solicitado pelo CEAS/PR. · em 02/06/15 recebido ofício nº 001/2015 procedente do
79 CMAS de Campina da Lagoa, em resposta ao ofício nº 014/2015/CEAS. · Em 03/06/2015- ofício
80 nº051/2015, procedente da Prefeitura de Fernandes Pinheiro, trazendo justificativa da não utilização da
81 1º parcela do recurso do incentivo Família Paranaense. · Em 09/05/2015- recebido o ofício nº004/2015,
82 procedente do CMAS de Santa Terezinha do Itaipú, contendo documentação solicitada pelo CEAS. · Em
83 10/05/2015- recebido o ofício nº02/2015, procedente do CMAS de Nova Santa Rosa, contendo
84 documentação solicitada pelo CEAS! ·Em 11/06/2015- recebido o ofício nº 031/2015 procedente do
85 COMAS de Maringá, referente a atrasos no repasse do recurso FNAS ao FMAS. · Em 12/06/15- recebido o
86 ofício 019/2015/CP/PR/CNAS/MDS, procedente do MDS, referente consulta sobre a data da Conferência
87 Municipal de Curitiba. · Em 15/06/15 recebido o ofício 006/2015 procedente do CMAS de Assis
88 Chateaubriand, referente à documentação solicitada pelo Ceas. · Em 16/06/15 recebido o ofício 03/2015,
89 procedente do CMAS de Entre Rios do Oeste, trazendo documentação solicitada pelo Ceas. · Em
90 16/06/2015, recebido o ofício 16/06/2015 procedente do FOREAS, solicitando apoio e intervenção junto
91 ao MP/TJ, para continuidade das ações do SUAS. · Em 29/06/15, recebido o ofício nº156/2013,
92 procedente da Prefeitura de Reserva, referente a consulta sobre repasse financeiro na modalidade fundo
93 a fundo, do convênio 059/2013, da Deliberação 039/2012. Justificativas de ausência ·No dia 22/06, a
94 Conselheira Dionéia justificou sua ausência na Assembleia do Ceas, informando que a sua representante
95 suplente Rosilene, far-se-á presente . ·No dia 23/06, o Conselheiro Denis Musial justificou sua ausência,
96 por conta da Sobrecarga de trabalho e organização das Conferências Municipais, informando ainda que a
97 sua suplente estará presente. ·No dia 23/06, o Conselheiro Artur justificou a sua ausência na reunião do
98 CEAS, por motivo de trabalho e realização das pré-conferências na sua região. ·No dia 27/06, a
99 Conselheira Evandra, Justificou sua ausência na Assembleia do CEAS, por conta da realização da
100 Conferência Municipal de Assistência Social. **Relato das Comissões ·Comissão Temporária de**
101 **Revisão da Lei e Regimento Interno. 1) Minuta de revisão da Lei do CEAS/SUAS:** Maria de
102 Lourdes San Roman, Superintendente da Política de Assistência Social, relatou que todo o material que já
103 foi elaborado para a alteração da Lei foi reunido e está sendo analisado junto com as Leis de outros
104 Estados, de forma que se possa encaminhar para aprovação ainda no ano de 2015. Ela coloca-se à
105 disposição de todos os conselheiros neste processo, bem como conta com o apoio do CEAS para avaliação
106 e construção coletiva desta Lei. **Parecer da Comissão:** Ciente. Apoia a realização desse trabalho pela
107 SEDS. **Parecer do CEAS:** ciente. **Comissão Permanente de Financiamento e Gerenciamento do**
108 **Fundo – Relator: - Conselheiro Rubens Marcon (Recanto Espírito Somos Todos Irmãos)-**
109 **Maringá. 1.1 Para conhecimento: Ofício nº 031/2015 do COMAS de Maringá.** O Conselho
110 Municipal de Assistência Social – COMAS de Maringá encaminha ofício nº 031/2015 ao Conselho Nacional
111 de Assistência Social – CNAS, com cópia ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, informando
112 sobre os atrasos nos repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS ao Fundo
113 Municipal de Assistência Social – FMAS, no montante de R\$ 1.946.150,20, desde 2014, que estão
114 causando dificuldades na execução dos serviços tipificados. **Parecer da Comissão:** CIENTE. **Parecer do**
115 **CEAS:** Ciente do encaminhamento. Enviar ofício ao CNAS e ao MDS manifestando a preocupação do
116 CEAS quanto ao atraso dos repasses tendo em vista o prejuízo que este atraso pode ocasionar no
117 atendimento ao usuário, questionando ainda quais providências estão sendo adotadas e quando
118 pretende-se regularizar a situação. Questionar ainda se o atraso é geral ou se existe algum critério para
119 definir quais municípios mantêm a atualidade do repasse e quais não. **1.2 Balancete FEAS.** A técnica
120 Marcela apresentou os Balancetes do FEAS, até o mês de Maio/2015. **Parecer da Comissão:** CIENTE.
121 **Parecer do CEAS:** Ciente, deverá ser incluído na consulta um questionamento informando que está
122 sendo suspenso repasses mesmo antes do saldo relativo a 12 parcelas. Ficando registrado que quando o
123 retorno da resposta os encaminhamento deste CEAS deverão ser feitos consultando o NJA e o GFS.
124 Solicitar retorno no prazo de 15 dias. **1.3 Planilha de prestações de contas referente ao recurso de**
125 **emergência de 2013.** O técnico Rhômulo da Gestão de Fundos, apresentou o panorama das prestações
126 de contas dos recursos repassados para as Calamidades Públicas, Emergência 2013, conforme planilha

127 enviada aos Conselheiros. **Parecer da Comissão:** APROVADO. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.4 Ofício**
128 **nº 156/2013 – Município de Reserva – Consulta sobre repasse financeiro fundo a fundo a**
129 **respeito do recurso proveniente da Deliberação nº 039/2012 – Convênio 059/2013** O município
130 de Reserva encaminhou o ofício nº 156/2013, informando que solicitou o cancelamento do convênio nº
131 059/2013, devido a demora no repasse, sendo informado pela UTFPF que a demora se deu por conta das
132 Certidões de Débitos Trabalhistas e do Tribunal de Contas. Em razão desse cancelamento o município
133 solicita a manutenção do recurso, no valor de R\$ 26.333,00, através do repasse fundo a fundo. **Parecer**
134 **da Comissão:** APROVADO. O município deverá seguir os critérios estabelecidos na deliberação nº
135 039/2012, e apresentar Termo de Adesão e Plano de Ação, aprovados pelo CMAS, até 03/08/2015, no
136 Escritório Regional, que enviará à SEDS para os trâmites necessários. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.5**
137 **Plano de Ação 2015 – SUAS** A técnica Marcela apresentou o Plano de Ação do SUAS 2015. **Parecer da**
138 **Comissão:** APROVADO. **Parecer do CEAS:** Aprovado, ficou combinado que a CGS encaminhará por e-
139 mail o panorama do preenchimento pelos municípios, e a SEC encaminhará o formulário. **1.6 Alteração**
140 **do Plano de Ação FEAS 2015 – Del. 077/2014** A técnica Marcela apresentou planilha com proposta
141 de alteração do Plano de Ação 2015 – FEAS, Fonte 257, das Ações 1, 2 e 3 do Aprimoramento da Gestão,
142 no valor de R\$ 473.000,00, e da Proposta de reprogramação do superávit 2014 do IGD-PBF, na linha de
143 Capacitação, no valor de R\$ 277.000,00, para utilização na Conferência Estadual, totalizando R\$
144 750.000,00. **Parecer da Comissão:** APROVADO **Parecer do CEAS:** Aprovado. **1.7 Panorama sobre**
145 **as obras dos CRAS e CREAS.** A Comissão solicita um panorama das obras para CRAS e CREAS
146 previstas em 2012, 2013 e 2014. Se houve início nas obras, se há problemas na documentação dos
147 municípios, se há obras concluídas e inauguradas, com a relação dos municípios. **Parecer da Comissão:**
148 **APROVADO. Parecer do CEAS:** Aprovado. ·Registrada a chegada do Conselheiro Ricardo Vilarinho, Dra.
149 Danielle Vieira (Núcleo Jurídico da SEDS) e Técnica – Gladys Tortato (SEDS). ·**Comissão Temporária de**
150 **Organização da Conferência – Helena N. Gimenez.** RELATÓRIO: O Presidente do CEAS/PR, Leandro
151 Meller, iniciou o relato da Comissão justificando a alteração da data da XI Conferência Estadual de
152 Assistência Social para os dias 07,08 e 09 de Outubro de 2015. Ele aproveitou a oportunidade para
153 informar sobre a alteração da data da Conferência Nacional Conjunta de Direitos Humanos para maio de
154 2016. Com isso, as Conferências Estaduais da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com
155 Deficiência também foram alteradas. **1) Minuta de programação da XI Conferência Estadual de**
156 **Assistência Social:** Foi apresentada a minuta de programação da XI Conferência Estadual, nos mesmos
157 moldes da Conferência anterior. **Parecer da Comissão:** A Comissão aprova a proposta com alguns
158 ajustes de horários e indicações de conselheiros nas composições das Mesas. **Parecer do CEAS:**
159 **Aprovado, sendo que as indicações serão complementadas na reunião de agosto. 2) Ofício**
160 **nº019/2015 do CNAS: Encaminha cópia de e-mail do CMAS de Curitiba:** Leandro Meller fez a
161 leitura do ofício em que o CMAS solicita informações sobre possíveis impedimentos legais para a
162 realização da Conferência Municipal na primeira semana de setembro/2015. **Parecer da Comissão:**
163 Responder o CMAS que as datas das Conferências foram determinadas pelo Conselho Nacional e
164 referendadas pelo CEAS/PR, sendo que as implicações que poderão ocorrer é a ausência das propostas do
165 município na sistematização para a Conferência Estadual. Deverá ser salientado ao CMAS que as datas
166 das Conferências Estaduais de Direitos (Criança e Adolescente, Pessoa com Deficiência, Idoso, Mulher)
167 tiveram as suas datas alteradas e que diante disso, o calendário de conferências de Curitiba poderá ser
168 remanejado. **Parecer do CEAS: Ciente.** ·Num aparte, o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos do
169 Idoso Conselheiro José Araujo da Silva (Pastoral da Pessoa Idosa) colocou que todos enfrentarão um
170 grande número de Conferências neste ano, e assim são várias as dificuldades no que se refere a datas,
171 locais etc. Qualquer medida para postergar os eventos poderá ocorrer, porém sem acarretar prejuízos. No
172 seu papel, o Conselheiro Presidente Leandro Nunes Meller (SEDS) informou o quanto todos estão
173 trabalhando, para que todos os Municípios tenham suas Conferências. O Conselho Estadual receberá 22
174 relatórios, que deverão ser condensados num único documento. Presente no plenário encontrava-se o
175 Secretário Executivo do Conselho Municipal de Curitiba, Sr. Alexandre. Sua vinda até o CEAS/PR,
176 objetivava trazer um pleito para que a data da realização da sua Conferência fosse prorrogada. Sabendo-
177 se que o prazo dado pelo CNAS estaria encerrado em agosto, sem dúvida essa alteração de fazer em
178 setembro traria prejuízos para o Municípios de Curitiba. Exemplificou que as propostas não estariam
179 contidas no material a ser sistematizado e os Delegados não participariam da eleição para a Nacional.
180 Lembrou o Conselheiro Leandro Meller, que o Paraná Ficou com 54 vagas para a Nacional, eleitos entre os
181 504 que virão dos Municípios. Dentro desse contexto, a Regional de Curitiba ficou com 11 vagas. ·
182 Anunciada a realização das Conferências Estaduais do Idoso (24 e 25/09) e da Criança e do Adolescente
183 (20 e 21/08). No contexto dessas colocações, a Vice-Presidente Inês Roseli Tonello esclareceu não se
184 desejar que Curitiba seja prejudicada, porém perdeu-se a condição de garantia, justo devido ao atropelo
185 das datas. O Secretário Executivo Alexandre fundamentou, caber a eles, o desafio de verificar o que será
186 possível fazer, primeiramente numa conversa com o Escritório Regional. **3) Plano Decenal 2005-2015**
187 **do Estado do Paraná:** A Coordenadora da Gestão do SUAS, Tatiana Possa, relatou sobre o processo de
188 avaliação do Plano Decenal 2005-2015 desencadeado pela SEDS. Apresentou uma proposta de planilha
189 para facilitar a avaliação da implementação de cada meta aprovada em 2005 e metas do Pacto de

190 Aprimoramento de Gestão do SUAS, as quais serão categorizadas de acordo com os eixos/dimensões a
191 serem trabalhados na Conferência do corrente ano. A avaliação dessas metas serão trabalhadas em
192 conjunto com a avaliação dos Censos anteriores. **Parecer da Comissão:** Ciente. A Comissão concorda
193 que esse trabalho seja iniciado pela SEDS. Após a conclusão da avaliação, o Instrumento será
194 encaminhado aos Conselheiros, para apreciação, possíveis contribuições e validação. Em relação ao eixo
195 de Controle Social, o CEAS deverá avaliar conjuntamente com a Gestão Estadual. Na reunião de
196 setembro, a reunião deverá ser realizada em três dias, de modo que todas as questões pendentes da
197 Conferência e a análise do eixo sobre Controle Social possam ser tratadas. Parecer do CEAS: Aprovado.
198 Registrada a chegada da Conselheira Luciana Franco Silvestre (Ponta Grossa), representante dos
199 Escritórios Regionais da SEDS. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora**
200 **:- Conselheira Lorena - Cohapar . 2.1. Protocolado nº13.563.065-9: Solicitação de análise**
201 **recursal da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II – AMACOC II.** A
202 comissão tomou conhecimento do recurso compreendendo a necessidade de obter um parecer técnico
203 sobre a real condição da Entidade, uma vez que o parecer do CMAS Curitiba foi breve na justificativa de
204 indeferimento. **Parecer da Comissão:** Diante do estudo do protocolo, solicita-se a visita técnica junto à
205 Entidade, sendo composta por representante do ER, conselheiro do CEAS e representante do CMAS e
206 posterior elaboração de relatório técnico para análise da Comissão. O parecer técnico deverá contemplar
207 os quesitos abaixo, **justificadamente:** - Qual é o segmento de atuação da Entidade recorrente à luz do
208 art. 3º da LOAS? - Quais são os programas, projetos e serviços oferecidos pela Entidade? - Quem são os
209 usuários dos serviços oferecidos pela Entidade? Quais são os critérios para a sua admissão? - A Entidade
210 atende a usuários residentes em outros locais que não o Conjunto Oswaldo Cruz II? - Os usuários dos
211 serviços pagam pelos serviços recebidos? - Os serviços prestados são contínuos? - A equipe técnica da
212 Entidade atende ao disposto na NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006)?
213 **Parecer do CEAS:** Aprovado, sendo indicado os conselheiros Tatiana Possa e Ricardo Vilarinho.
214 **Comissão de acompanhamento aos CMAS. Secretária Helena N. Gimenez. 5.1**
215 **Acompanhamento ao CMAS de Abatiá.** A Secretária Executiva recebeu informalmente um denúncia
216 em relação ao funcionamento do CMAS de Abatiá. A técnica do município informou que as reuniões do
217 Conselho não tem acontecido. **Parecer da Comissão:** Foi lido e-mail encaminhado pelo Escritório
218 Regional de Cornélio Procópio, em que relatam o não funcionamento do CMAS de Abatiá, não sendo
219 aprovados os Instrumentos de Gestão do Governo Federal. Solicitar ao CMAS o encaminhamento da Lei
220 de criação do Conselho, Decreto de nomeação do último mandato dos conselheiros, Atas das três últimas
221 reuniões, Ato designando a constituição da Secretaria Executiva do Conselho, e data da Conferência
222 Municipal de Assistência Social de 2015. O município deverá retornar em até 10(dez) dias. **Parecer do**
223 **CEAS: Aprovado. 5.2 Ofício nº03/2015 do CMAS de Diamante D'Oeste.** Em resposta ao ofício
224 nº065/2015 do CEAS/PR, o CMAS encaminhou as documentações, conforme análise foi possível
225 constatar: a) A Lei de criação do Conselho é de 1995, alterada em 2013. O Conselho possui paridade nas
226 suas representações. Indicam na Lei, as entidades da sociedade civil que comporão o Conselho, inclusive
227 com a garantia de uma cadeira ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. b) O(a)
228 Secretário(a) Executivo(a) será um conselheiro da sociedade civil. c) Não encaminharam Decreto de
229 nomeação dos conselheiros, apenas de substituição de alguns representantes datado de 2015. d)
230 Encaminharam Ata de dezembro/2014, março/2015, abril/2015. e) Encaminharam Portaria do Prefeito
231 designando Secretária Executiva do Conselho. **Parecer da Comissão:** Solicitar os esclarecimentos
232 quanto: a) a irregularidade da cadeira de outro Conselho no CMAS; b) Alteração da Lei para retirar a
233 indicação de representante da Sociedade Civil como Secretaria Executiva. c) Solicitar esclarecimentos
234 quanto ao último processo eleitoral da sociedade civil (quando ocorreu, período de mandato,
235 conselheiros/entidades eleitas). **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.3 Documentos do CMAS de Missal.**
236 O CMAS de Missal encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS, e em análise, foi possível
237 constatar que: a) Encaminharam a Lei de criação do Conselho de 2007, a qual foi alterada em 2013. Há
238 paridade entre as representações gov e não gov. Estabelecem 2 Usuários, 2 Trabalhadores e 4 Entidade
239 (sendo 2 da PSB e 2 da PSE). b) Encaminharam as Atas de dezembro/2014, fevereiro e março/2015. c)
240 Não encaminharam Decreto de nomeação dos Conselheiros, apenas a Ata de Posse de Julho/2013. d) Não
241 encaminharam Ato designando técnico para a função de Secretário(a) Executivo(a). **Parecer da**
242 **Comissão:** O CMAS deverá ser orientado quanto à necessidade de alteração da Lei, uma vez que nela
243 constam as Entidades que deverão ser eleitas (PSB e PSE – entende-se que há um direcionamento da
244 eleição); Orientar que os conselheiros sejam nomeados por meio de Ato do Chefe do executivo municipal
245 e para que consultem a Assessoria Jurídica do município, averiguando se as deliberações anteriores à
246 nomeação dos conselheiros possuem validade; orientar que o Secretário(a) Executivo(a) deve ser
247 designado para tal função, solicitando que seja encaminhado cópia de documento que comprove essa
248 designação. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.4 Ofício nº001/2015 do CMAS de Campina da Lagoa.**
249 O município encaminha o ofício em resposta ao Ofício nº014/2015 do CEAS/PR. Eles agradecem ao CEAS
250 pelas orientações encaminhadas e que isso tem fortalecido o Controle Social no município. Informam que
251 ainda não possuem o CNPJ do Fundo Municipal, os recursos da Assistência Social ficam alocadas no
252 Fundo Público. Ressaltam ainda que o Conselho junto com o setor Contábil da prefeitura estão envolvidos

253 nessa regulamentação. **Parecer da Comissão:** orientar o município sobre a publicação do FNAS que
254 orienta sobre a constituição dos Fundos; orientar para que providenciem com agilidade o CNPJ exclusivo
255 do Fundo da Assistência Social para que os recursos desta Política não sejam bloqueados. **Parecer do**
256 **CEAS: Aprovado. 5.5 Ofício nº004/2015 do CMAS Santa Terezinha do Itaipu.** O CMAS
257 encaminhou as documentações conforme solicitação do CEAS/PR. Em análise, foi possível constatar que:
258 a) Encaminharam Lei de criação do Conselho de 2005. Há paridade entre as representações e
259 proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil. b) Encaminharam Decreto de nomeação dos
260 conselheiro (2013/2015) datado de 25/05/2015. c) Encaminharam Atas de Fevereiro, Março e Abril de
261 2015. d) Encaminharam Decreto de nomeação de servidora para Chefe de Divisão de Apoio e
262 Acompanhamento dos Conselhos Municipais. **Parecer da Comissão:** Orientar o município para que
263 consulte a sua Assessoria Jurídica quanto à publicação tardia do Decreto de nomeação, de modo que as
264 deliberações anteriores à publicação do Decreto de nomeação dos conselheiros não fiquem
265 prejudicadas/sem validade. **Parecer do CEAS: Aprovado, devendo ser encaminhado um ofício**
266 **circular do CEAS aos CMAS sobre a importância da realização das capacitações aos**
267 **conselheiros municipais eleitos para o novo mandato. 5.6 Ofício nº02/2015 do CMAS de Nova**
268 **Santa Rosa.** O município encaminhou ofício em resposta ao Ofício nº080/2015 do CEAS/PR. Em análise
269 as documentações foi possível constatar que: a) A Lei de criação é de 1995, alterada em 2005. Possui
270 paridade e proporcionalidade. b) Encaminharam Decreto de nomeação, não há especificação quanto à
271 Entidade/Instituição que cada conselheiro representa. c) Encaminharam Ata de Abril/2015, março/2015 e
272 novembro/2014. d) Identificou-se na Ata de Posse a nomeação de Secretária e segunda Secretária
273 Executiva (conselheiras do CMAS). **Parecer da Comissão:** Orientar que a Secretaria Executiva deve ser
274 composta por trabalhadores efetivos do município e não por conselheiros(as) (encaminhar Nota Técnica
275 do CEAS); solicitar alteração de Decreto incluindo o nome da Entidade/Instituição que cada conselheiro
276 representa. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.7 Ofício nº006/2015 do CMAS de Assis**
277 **Chateaubriand.** Em resposta ao Ofício nº108/2015 do CEAS/PR que orienta sobre a irregularidade da
278 participação do INSS no Conselho, e sobre a publicação tardia dos Decretos de nomeação dos
279 conselheiros, o município encaminhou o Ofício nº006/2015 alegando que a Lei de criação foi alterada em
280 2014, retirando a cadeira do INSS. No entanto, tais representantes, nomeados em 2013, permanecerão
281 no Conselho até a próxima eleição, a ser realizada na Conferência Municipal. Em relação aos Decreto de
282 nomeação, eles acatam as orientações encaminhadas pelo CEAS/PR. **Parecer da Comissão: Ciente.**
283 **Parecer do CEAS: Ciente. 5.8 Ofício nº03/2015 do CMAS de Entre Rios do Oeste.** O CMAS
284 encaminhou as documentações conforme solicitação do CEAS/PR. Em análise foi possível constatar: a)
285 Não encaminharam a Lei de criação do Conselho, e sim a Lei que regulamenta os Benefícios Eventuais. b)
286 Encaminharam Decreto de nomeação dos conselheiros de 2013. Há paridade entre as representantes,
287 porém não há proporcionalidade entre os segmentos da sociedade. No Decreto, ainda consta que os
288 conselheiros estão sendo nomeados para o mandato de 04 anos, conforme NOB, Art. 117 (dispõe sobre o
289 período de realização das Conferências Ordinárias), podendo ser alterada a composição
290 extraordinariamente para 02 anos, conforme deliberação da maioria dos membros do CMAS. c)
291 Encaminharam Portaria e Resolução de nomeação da Secretária Executiva. d) Encaminharam Atas de
292 Fevereiro, Março e Abril de 2015. **Parecer da Comissão:** Orientar o município que a NOB dispõe pelo
293 tempo de realização de Conferências Ordinárias e Extraordinárias e que o período de mandato dos
294 conselheiros devem constar na Lei de criação do Conselho. A Lei deve ser alterada conforme LOAS.
295 Encaminhar cópia da Resolução 237/2006 do CNAS. Solicitar novamente a Lei de criação do Conselho.
296 **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.9 Inclusão de Pauta:** O Conselheiro Paulo relatou que o Escritório
297 Regional de Londrina realiza reuniões técnicas com os Conselhos Municipais de Assistência Social da
298 região. O conselheiro sugere a sua participação nesses encontros com objetivo de apresentar o trabalho
299 da Comissão de Acompanhamento aos CMAS. **Parecer da Comissão:** Aprova a participação do
300 conselheiros nos encontros do Escritório Regional da SEDS de Londrina com os CMAS. O escritório deverá
301 informar o calendário desses encontros ao conselheiro Paulo. **Parecer do CEAS: Aprovado. ·Intervalo**
302 **para o almoço- 12h15m ·Retomada dos trabalhos as 13h30min. ·Comissão de Políticas Sociais –**
303 **Relatora:- Conselheira Mileny (CRESS). Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Renda**
304 **Família Paranaense. Relato:** A técnica Michele, da UTPFP, informou que devido o não fechamento da
305 folha de pagamento até a presente data, não houve alteração dos últimos dados informados na reunião
306 de junho/2015. Fica o panorama de julho para apresentação na próxima reunião. **Parecer da Comissão:**
307 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Incentivo**
308 **família Paranaense. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à primeira parcela do
309 Incentivo Família Paranaense, 95 municípios já receberam; 03 municípios estão com pendências nos
310 documentos enviados e 02 municípios ainda não enviaram documentos para adesão. Referente à segunda
311 parcela do Incentivo, dos 95 municípios que receberam a primeira parcela, 15 ainda não enviaram
312 prestação de contas, 45 municípios estão com pendências nos documentos enviados, 03 estão em análise
313 da prestação de contas no setor financeiro da SEDS e 28 foram pagos. O montante deliberado pelo CEAS,
314 para o Incentivo, foi de R\$ 3.623.747,00. Até o momento já foram repassados aos municípios R\$
315 2.228.600,10, o que corresponde 61,5% do recurso disponibilizado. Os municípios que ainda não

316 receberam as respectivas parcelas, devem se atentar ao cumprimento dos critérios da deliberação
317 042/13 CEAS para o recebimento de cada parcela. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:**
318 Ciente. **Pauta Permanente: Programa Luz Fraterna. Relato:** A técnica Michele, da UTPFP, relatou que
319 no mês de abril, os municípios foram mobilizados através de e-mail, ofício e através do E.Rs para ação de
320 atualização cadastral das famílias beneficiárias pela Tarifa Social de Energia Elétrica das 31.365 famílias
321 identificadas com necessidade de atualização cadastral até a referência de maio/2015, 7.809 cadastros
322 sofreram atualização. A técnica complementou que esta lista está sendo disponibilizada dentro do sistema
323 do Programa Família Paranaense, e atualizada mensalmente, para apoio aos municípios na identificação
324 das famílias com necessidade de ação no Cadastro Único. Além disso, apresentou o panorama do
325 Programa Luz Fraterna, sendo um total de 132.445 beneficiários, totalizando um montante de
326 R\$2.992.928,89 em investimentos no mês de maio de 2015. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do**
327 **CEAS:** Ciente. **Protocolado nº 13.638.804-5: Incentivo Família Paranaense do município de**
328 **Fernandes Pinheiro. Relato:** Na data de 28 de maio de 2015 o município encaminhou o Ofício nº:
329 51/2015 justificando a não utilização da 1ª Parcela do Incentivo Família Paranaense, alegando que está
330 aguardando o repasse da segunda parcela para a aquisição de um veículo, também encaminhou cópia da
331 Resolução do CMAS nº: 02/2015 – aprovando a utilização do recurso do Incentivo Família Paranaense
332 para aquisição de veículo. O referido ofício foi encaminhado para UTPFP, que encaminhou Folha Despacho
333 (minuta de ofício de resposta ao município), onde relata os encaminhamentos já realizados junto ao
334 município através do Escritório Regional de Irati, além do envio mensal de relatórios com as informações
335 referentes a ações elencadas nas alíneas do artigo 10 da Deliberação 042/2013, sendo que até a
336 presente data, o referido município não atingiu as exigências de acompanhamento dessas ações. Além
337 disso, no referido documento apresenta a lista de documentação necessária para prestação de conta e
338 posterior a tramitação visando o pagamento da segunda parcela do Incentivo. **Parecer da Comissão:**
339 Ciente e aprova a minuta de ofício a ser encaminhado ao município de Fernandes Pinheiro. **Parecer do**
340 **CEAS:** Aprovado. **Incentivo Família Paranaense de Boa Vista da Aparecida. Relato:** A técnica
341 Paula, da UTPFP, informou que enviou Memorando para o ER de Cascavel solicitando informações a
342 respeito da prestação de contas do recurso do Incentivo Família Paranaense, com resposta do ER não foi
343 possível até o presente momento realizar reunião técnica com a participação do Comitê Regional,
344 Conselheiro Vanderlei, Comitê Municipal e Comitê Local, devido a agenda de conferências municipais do
345 idoso, da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente, no qual os técnicos do município estão
346 envolvidos no momento. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente, já esta programada
347 a visita para o dia 29 de julho com a presença dos conselheiros Vanderlei, Marta e Pedro, devendo o
348 retorno dessa visita ser trazido pelo conselheiro na reunião de agosto. Para essa visita serão
349 disponibilizado as informações técnicas sobre o programa Família paranaense bem como o roteiro de
350 visita de acompanhamento ao CMAS, o qual será pauta da Comissão de acompanhamento aos CMAS.
351 Abriu-se um espaço para acusar a presença no plenário do Sr. Pedro, Chefe do Escritório Regional da
352 SEDS de Umuarama. Esse, após uma saudação, trouxe alguns esclarecimentos sobre questões já
353 relatadas pelo Conselheiro Vanderlei. Sabe-se que não existem orientações da SEDS, para que não se
354 apoie ou deixe de atender municípios devido a questões políticas. Irregularidades foram detectadas e já
355 foram encaminhadas ao Ministério Público: uma visita é prudente e será dirigida ao Município de Boa
356 Vista da Aparecida. O Conselheiro Vanderlei, representante da Região da Cascavel comentou que as
357 relações com os Municípios devem ser independentes. Elogiou que o desempenho da Chefia Lismari e sua
358 técnicas é elogiável; sabe-se também que os Municípios com atendimento exemplar, são exatamente
359 aqueles que politicamente são contrários. Enquanto Conselheiros deve-se ter suporte para realizar aquilo
360 que é preponderante ou seja, o controle social. **Protocolado nº 13.632.277-0: Incêndio em**
361 **Equipamento da Política de Assistência Social no município de Cornélio Procópio. Relato:** O ER
362 de Cornélio Procópio enviou o Ofício nº 51/2015 encaminhando Ofício nº 11/2015 – Secretaria Municipal
363 de Promoção Social de Cornélio Procópio referente ao Boletim de Ocorrência sobre o incêndio que
364 aconteceu no prédio onde funcionava a Secretaria de Promoção Social, CRAS, CREAS, Serviço de
365 Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa Compra Direta, o chefe do ER solicita a
366 possibilidade de revisão da Deliberação nº: 056/2014/CEAS/PR, cuja a classificação deste município de
367 acordo com o artigo 2º, é 106. A CPSB encaminhou para o CEAS a Informação Técnica nº
368 185/2015/CPSB/SEDS relatando que o município foi habilitado no processo de Estruturação da Rede de
369 Serviços da Proteção Social Básica – Deliberação 085/2013 do CEAS, e que no momento não há
370 disponibilidade orçamentaria e financeira para execução do processo de construção. A coordenação
371 complementa ainda que o imóvel onde funcionava o CRAS era locado pelo município. **Parecer da**
372 **Comissão:** Ciente e recomenda a manutenção da classificação dos municípios habilitados na Expansão
373 2014 para Construção de CRAS. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Prorrogação de prazo para**
374 **preenchimento do Plano de Ação do Incentivo Família Paranaense II – Deliberação 28/2015.**
375 **Relato:** Em relação ao Incentivo II, 9 municípios não conseguiram preencher o Plano de Ação no SIFF –
376 Sistema Fundo a Fundo, e 7 municípios preencheram o Plano de Ação, mas o CMAS não realizou a
377 aprovação do mesmo. Tais municípios enviaram ofícios, cada qual com sua justificativa, solicitando
378 prorrogação de prazo para realizar o preenchimento e aprovação do Plano. **Parecer da Comissão:**

379 Ciente, sugere a prorrogação do prazo final para os municípios realizem o preenchimento do Plano de
380 Ação no SIFF e envio de documentos ao ER até dia 16 de Julho. Os Ers deverão enviar os documentos a
381 UTPFP até o dia 24 de Julho. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Deliberação de substituição de município**
382 **prioritário. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que na última reunião do CEAS informou o
383 desligamento do município de Renascença da modalidade prioritária do Programa Família Paranaense, no
384 entanto, naquele momento não houve solicitação de deliberação, sendo que sua elaboração é necessária.
385 Neste sentido, solicita-se que seja pedido uma deliberação informando a desistência do município de
386 Renascença da modalidade prioritária do programa. Informar que o município de Santa Mariana através
387 do ofício nº: 155/2015 e Ata 201 CMAS do município solicita desligamento da modalidade de adesão
388 espontânea e complementa informação por e-mail de desligamento da modalidade prioritária. O ER
389 Cornélio Procópio informa no Parecer Técnico que a equipe técnica do município realizou
390 acompanhamento das famílias dentro de suas possibilidades desde a adesão ao programa em 2012 e que
391 junto com o Chefe do ER realizaram reunião técnica com o gestor municipal, mas não houve alteração na
392 decisão do município. A gestora municipal informa que a equipe técnica esta sobrecarregada de trabalho
393 com demandas do poder judiciário, Ministério Público e atendimentos da saúde, sendo essas justificativas
394 aprovadas pelo CMAS. Desta forma, a UTPFP também solicita uma deliberação de desligamento do
395 município de Santa Mariana, sendo o município Moreira Salles, o subsequente de acordo com a
396 Deliberação nº 98/2014/ CEAS. **Parecer da Comissão:** Ciente e aprova a deliberação de desligamento
397 dos municípios de Renascença e Santa Mariana da modalidade prioritário do Programa Família
398 Paranaense e bem como informando a substituição pelos municípios de Marilândia do Sul e Moreira
399 Salles. A referida deliberação deve ainda constar que estes municípios podem acessar o recurso referente
400 a Deliberação 028/2015/CEAS (Incentivo Família Paranaense II) e que a UTPFP ficará responsável por
401 gerenciar os prazos necessários para o preenchimento do Plano de Ação no SIFF e o envio dos demais
402 documentos referentes a esta deliberação. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Ofício do CEAS solicitando**
403 **prazo para prestação de contas da 1ª Parcela do Incentivo Família Paranaense – Deliberação**
404 **042/2013. Relato:** A UTPFP solicita ao CEAS o envio de ofício aos 15 municípios que ainda não
405 realizaram prestação de contas do Incentivo, visto que todos já deveriam ter realizado tais
406 procedimentos, conforme previsto nos artigos do capítulo VI- Da Prestação de Contas da referida
407 deliberação. Prazo para envio dos documentos ao ER: dia 27/07. Prazo para envio dos documentos à
408 UTPFP: 03/08. **Parecer da Comissão:** Ciente e aprova o envio de ofício para o Prefeito, Gestor da
409 Política de Assistência Social e para o CMAS dos 15 municípios que ainda não realizaram a prestação de
410 contas do Incentivo. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Proposta de reformas, melhorias e ampliações**
411 **nas estruturas físicas dos CRAS, com recursos do Programa Família Paranaense/BID. Relato:** A
412 CPSB informou sobre a realização de estudo para subsidiar deliberação para partilha de recursos
413 financeiros voltados para a reformas, melhorias e ampliações das estruturas físicas dos CRAS dos
414 municípios prioritário do Programa Família Paranaense, com recursos do BID, será apresentado na
415 próxima reunião. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Para conhecimento:**
416 **Protocolo nº 13.557.128-8 – Pagamento Renda Família Paranaense. Relato:** Em 25 de Março
417 de 2015 o CEAS recebeu o ofício nº: 03/2015 do CMAS de Curitiba, indagando referente o pagamento do
418 benefício Renda Família Paranaense referente ao mês de Janeiro/2015, se há previsão de pagamento
419 retroativo do referido benefício e, caso contrario, quais as razões. Foi encaminhado para conhecimento e
420 possíveis providências para o UTPFP, a qual em 27 de Abril sugeriu que o CEAS enviasse resposta ao
421 referido CMAS, e apresentou minuta do ofício. Na reunião ordinária do mês de maio foi aprovado a
422 minuta de ofício e encaminhando o Ofício nº 091/2015 – CEAS para o CMAS de Curitiba, a além disso
423 este colegiado solicitou que fosse questionado junto à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA o prazo
424 para liberação do recurso do mês de Janeiro de 2015 do Renda Família Paranaense. A UTPFP encaminhou
425 a solicitação ao Grupo Financeiro Setorial da SEDS para informações junto a SEFA. A assessora financeira
426 do SEDS Marcela Evangelista informou que o pagamento da parcela do mês de janeiro/2015, no valor de
427 R\$2.822.168,00 ocorrerá quando houver disponibilidade orçamentaria e financeira. **Parecer da**
428 **Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Informe: Construção de CRAS e CREAS. Relato:** A
429 UTPFP em parceria com a PSB, PSE e Paraná Edificações - PRED realizaram evento no dia 26 de junho
430 com os prefeitos dos 18 municípios que irão receber construção de 11 CRAS e 8 CREAS com recursos do
431 BID. Foi apresentado pela PRED o layout dos equipamentos e processo de construção dos mesmos. Pela
432 equipe do Família foram orientados quanto aos procedimento administrativos que deverão ser adotados
433 para o processo. O setor convênios solicitou aos prefeitos o envio de um ofício para prorrogação dos
434 convênios, visto que estão próximos da data de final da vigência. A a PSB e PSE solicitaram o envio de
435 documentos em relação ao processo de cessão de uso do terreno do município para o Estado. **Parecer**
436 **da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Inclusão de Pauta: Proposta de alteração da**
437 **Deliberação nº: 30/2015 CEAS. Relato:** A técnica da CPSE, Carmen, apresentou sugestão da redação
438 do artigo 1º conforme segue "pela aprovação da implantação do Serviço de Acolhimento para adultos e
439 famílias para atendimento regionalizado, na modalidade Casa de Passagem para atendimento de até 50
440 pessoas nos municípios e regiões de Curitiba, Foz de Iguaçu, Londrina". **Parecer da Comissão:**
441 **Aprova a proposta de alteração da Deliberação nº 30/2015 no seu artigo 1º. Parecer do CEAS:**

442 **Aprovado. Residência Inclusiva no Município de Cascavel. Relato:** A técnica da CPSE, Priscila,
443 relatou que o município de Cascavel solicita a equiparação do repasse do cofinanciamento estadual
444 conforme o repasse do governo federal, no entanto a Deliberação do CEAS nº 74/2013 indica que o
445 repasse deve ser concomitante mediante a comprovação do funcionamento efetivo da Residência
446 Inclusiva, o que ocorreu para a segunda unidade de Residência Inclusiva do município de Cascavel
447 apenas em Agosto de 2014. O total repassado pelo FNAS foi de R\$420.000,00 e pelo FEAS foi de
448 R\$185.000,00, sendo que o FNAS repassou uma parcela a mais no valor de R\$10.000,00 para o mês de
449 Julho de 2014, quando o serviço ainda não era ofertado, assim a CPSE solicita respaldo do CEAS para
450 seguir o previsto na Deliberação nº 74/2013, ou seja, repassar R\$20.000,00 cuja diferença foi em
451 decorrência da fluxo de informação entre o FNAS, FEAS e Oferta de serviço, contudo o município vem
452 contestando o parecer da CPSE. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Panorama**
453 **da execução das deliberações referente a construção de CRAS e CREAS. Relato:** As conselheiras
454 Mileny e Silvana solicitaram informações referentes as execução das deliberações referentes as
455 construções de CRAS e CREAS. **Parecer da Comissão:** Recomenda que seja solicitado a SEDS
456 apresentação do panorama execução das deliberações. **4. Comissão de Comunicação, Articulação e**
457 **Mobilização:** A Conselheira Tatiana solicita inclusão de pauta – Sugestão para Avaliação do Plano
458 Decenal da Assistência Social e sugestão de apresentação para as conferências municipais. **4.1 Pauta**
459 **Permanente: Educação Permanente do SUAS.** A Conselheira Tatiana Possa informou que as Universidades
460 estão retornando agora suas atividades e que a execução do CapacitaSUAS I já foi realizado pela UEL,
461 UEM, UNICENTRO e UNIOESTE, no entanto há pendência de execução pela Universidade Estadual de
462 Ponta Grossa, o qual a SEDS já repassou a MCO para que possam iniciar o processo licitatório. **Parecer**
463 **da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **4.2 Pauta Permanente: Vigilância**
464 **Socioassistencial:** A Conselheira Tatiana, explicou que a Vigilância Socioassistencial é uma função da
465 Assistência e que precisa de discussões aprofundadas devido sua complexidade. A Conselheira
466 apresentou uma preliminar de duas orientações técnicas (Prontuário do SUAS e Vigilância
467 Socioassistencial- Censo SUAS X PMAS) que foram solicitadas na última reunião do Conselho. No entanto
468 terão acréscimos de sugestões das Coordenações da Proteção Social Básica e Coordenação de Proteção
469 Social Especial para posteriormente ser encaminhadas por e-mail aos conselheiros. A Conselheira Tatiana
470 sugere que a produção de orientações técnicas sejam elaboradas de acordo com as demandas
471 municipais, e que nesta comissão será priorizado dentro da pauta permanente de Vigilância
472 Socioassistencial discussões relevantes para o seu aprimoramento. **Parecer da comissão:** De acordo e
473 coloca para aprovação da plenária. **Parecer CEAS:** Aprovado, devendo ser envolvido os Ers na
474 identificação da demandas. **4.3 Ofício Circular nº002/2015 do CEDI/PR:** Ofício que solicita
475 informações se esse conselho possui representante de usuários idosos em suas composições. Diante do
476 exposto temos a informar, que há mais de um representante de usuário idoso, contemplando feminino e
477 masculino. **Parecer da comissão:** Encaminhar ao CEDI a resposta acima, informando que priorizamos
478 a pessoa idosa nas ações deste CEAS. **Parecer CEAS:** Ciente, encaminhe resposta ao CEDI/PR
479 salientando os critérios de representação do CEAS/PR. **4.4 Informe sobre capacitação do Programa**
480 **Família Paranaense:** Em resposta ao ofício do CEAS solicitando informações sobre capacitações do
481 Programa Família Paranaense. A técnica Paula informa que nos dias 01 e 02 de julho aconteceu uma
482 reunião com as chefias dos escritórios regionais, e houve uma proposta de agenda de capacitações. O
483 qual propõe um encontro macro em Curitiba com o comitê estadual e comitê regional. Haverá encontros
484 com comitês regionais, municipais e locais, que serão realizados e organizados pelos escritórios regionais
485 com apoio da UTPFP. Com saldo da aplicação financeira do recurso do BID os técnicos dos escritórios
486 regionais realizarão supervisões aos municípios e os técnicos da UTPFP realizarão supervisões macro
487 regionais aos ERs. A previsão desta proposta é para o segundo semestre de 2015. Com relação ao BID,
488 existe um processo em andamento, o qual contratará ainda esse ano, uma empresa por meio de
489 licitação, que será uma gerenciadora, que tem como competência contratar um consultor para elaboração
490 do plano de capacitação com formação específica para cada comitê. Informa ainda que alguns dos
491 conteúdos previstos no PEC já estão sendo desenvolvidos pela equipe do UTPFP. Foi realizado no mês de
492 junho vídeo conferência com os municípios AFAI e outros municípios convidados, com conteúdos sobre o
493 tema adolescência em especial sobre redução da maioridade penal. **Parecer da comissão:** ciente.
494 **Parecer CEAS:** Ciente. **4.5 Protocolado nº13.030.846-5: Manifestação do FOREAS de Ivaiporã e**
495 **MP/PR sobre a elaboração de laudos e pareceres solicitados pelo Sistema de Justiça.** O
496 Protocolado acima traz fundamentações teóricas com relação à atuação dos assistentes sociais e
497 psicólogos na execução da Política de Assistência Social, com relação a judicialização dos serviços. Que
498 foi encaminhado pela SEDS aos órgãos competentes o qual retornou resposta fundamentado em leis de
499 que os serviços continuem sendo prestados pelos profissionais do SUAS ao judiciário. **Parecer da**
500 **comissão:** Ciente do Protocolado do FOREAS nº13.030.846-5 e do Protocolado nº13.612.388-2, a
501 comissão compreende a importância de elaboração de orientação técnica sobre a judicialização dos
502 serviços da assistência social, sugerindo que a partir dos protocolos supracitados seja realizado uma
503 consulta ao CNAS, que subsidie uma resposta ao FOREAS de Ivaiporã. **Parecer CEAS:** Aprovado o
504 parecer da comissão, com as sugestões das seguintes complementações: Consulta da Presidência ao NJA

505 quanto a questão da liberação das cópias ao conselheiros tendo em vista que o direcionamento foi a
506 Secretária da pasta; encaminhar consulta também ao MDS, CFESS, CFP, FNTSUAS sobre os debates;
507 encaminhamento de pedido de manifestação ao TJ/PR fazendo referência a moção da Conferência de
508 2013 tendo em vista a proximidade da Conferência de 2015, aprontando a fragilização dos serviços de
509 assistência social por conta dessas demandas. **4.6 Sistematização das Fichas de Avaliação da**
510 **Reunião Ampliada e Descentralizada do CEAS/PR:** Foi realizada pela conselheira Roseli a leitura da
511 avaliação da reunião ampliada e descentralizada do CEAS/PR. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer**
512 **CEAS:** Ciente. **Inclusão de Pauta: Sugestão para Avaliação do Plano Decenal da Assistência**
513 **Social:** A conselheira Tatiana apresentou para apreciação uma sugestão dos quadros de avaliação do
514 Plano Decenal juntamente com os 9 eixos os quais irão subsidiar a avaliação. **Parecer da comissão:**
515 ciente e de acordo. A comissão compreende que a gestão deve agilizar e fazer os alinhamentos
516 necessários acerca do plano decenal. **Parecer CEAS:** Aprovado. **Inclusão de Pauta: Sugestão de**
517 **apresentação para as conferências municipais.** A conselheira Tatiana enviou anteriormente
518 apresentação em slides para os conselheiros. A comissão diz não haver sugestões para alteração.
519 **Parecer da comissão:** ciente e de acordo. Sugerindo que cada palestrante coloque a realidade do
520 município que irá apresentar. **Parecer CEAS:** Aprovado referente as construções de CRAS e CREAS na
521 próxima plenária. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **Inserções de pauta** Foi trazido pela Coordenadora
522 Elenice Malzoni (PSE/SEDS), as informações referentes ao recebimento dos migrantes, que cada vez mais
523 chegam ao Paraná. Grupos de Congolezes, senegaleses, sírios e haitianos tem chegado na região Sul do
524 Brasil, distribuindo-se pelos Municípios de Cascavel, Apucarana, Curitiba, Palotina, Guaíra e Foz de
525 Iguçu, assim como Florianópolis e Porto Alegre, também tem sido destinos certos. Foi deixado bem
526 claro que nesse atendimento não estão sendo utilizados recursos federais, o ônus de disponibilizar
527 R\$2.282,00 por pessoa acolhida na modalidade casa de passagem, em situação de urgência, por um
528 período de no máximo três meses está sendo arcado pelo Estado do Paraná, através da SEDS. Essa ação
529 está sendo coordenada pela Professora Fátima, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos
530 Humanos. Essas pessoas aqui chegam assustadas, com sérios problemas de saúde e com dificuldades no
531 idioma. Relatórios serão apresentados ao final dessa empreitada. **Informes Gerais- Relato da Sociedade**
532 **Civil** -Alteração da data da Assembleia de Agosto tendo em vista a ausência de vários Conselheiros por
533 conta das realizações das Conferências Municipais de Assistência Social, a Sociedade Civil solicitou a
534 alteração da data para 13 e 14/08 ou, segundo o Presidente Leandro, para os dois últimos dias da
535 Conferência. Foi lembrado que em 30/07, existe a obrigatoriedade de se enviar o Plano Estadual de
536 Regionalização ao MDS. Sugeriu-se elaborar uma deliberação com o envio da versão preliminar do Plano
537 Estadual de Regionalização dentro do prazo estabelecido pela CIT. Na sequência, a Coordenadora Elenice
538 Malzoni referindo-se a cumprimento de prazos, informou que encaminhará o Plano dia 31 como proposta
539 preliminar, informando que a versão final aprovada pelo Conselho seguirá após a Assembleia Ordinária.
540 Segundo a Superintendente de Assistência Social, Maria de Lourdes San Roman, o importante é que o
541 Conselho aprovou o encaminhamento da versão preliminar, considerando as Conferências. Elaborar uma
542 deliberação aprovando esse encaminhamento - **APROVADO.** No momento seguinte, a Conselheira
543 Delvana Oliveira (SEED), assumiu que enviará por e-mail a situação da frequência escolar. Vivenciando a
544 sua última participação no CEAS/PR, relatou que ao exercer uma função técnica-pedagógica no
545 Departamento de Gestão Escolar, caminhou junto com todas as discussões encetadas. A Política de
546 Assistência Social a fez enxergar para além dos muros da escola. Trata-se de um Política importantíssima,
547 para quem defende os direitos fundamentais. A Conselheira Delvana agradeceu o importante aprendizado
548 adquirido ao longo desses 4 anos, garantindo que não existe um ponto final e sim uma pausa. Continuará
549 trazendo os informes, em respeito a tudo que esse trabalho representa. Dado ao seu marcante
550 comprometimento com a causa, o Presidente Leandro Meller, comunicou que é de consenso contatar a
551 Superintendência da SEED, destacando que a Conselheira Delvana Oliveira engradeceria esse Colegiado,
552 se permanecesse na função de Conselheira. **Indicação de Conselheiros para a Comissão de**
553 **Credenciamento.** Explanou-se que a Residência Inclusiva é a modalidade de atendimento para pessoas
554 com deficiência, jovens e adultos. O prazo se esgota em 31/07 e é o Estado que materializa essa ação.
555 (duas casas, cada uma atendendo 10 pessoas), cujos recursos são disponibilizados pelo Governo Federal
556 no valor de R\$10.000,00 por Residência e o Estado cofinancia no mínimo 50% desse valor, ou seja
557 R\$5.000,00. Foi informado que na semana seguinte será implementado um credenciamento com as
558 entidades sociais dos Municípios, através de um edital. Repassar os recursos, preparando as equipes.
559 Uma deliberação será elaborada formalizando a disponibilidade de ter um Conselheiro Titular e 1
560 Suplente, para integrar essa Comissão. **Conselheiro Ricardo Vilarinho** - representando o segmento
561 da pessoa com deficiência comentou que na Capital existe a entidade Pequeno Cotelengo, conhecida de
562 todos. Já a Vice-Presidente Inês Roseli Tonello concitou o Conselheiro Paulo (Reg. de Iporã), a
563 lembrar o trabalho das Apaes. Esse apontou que atrás das entidades vem os Presidentes das Apaes que
564 são voluntários. Esclareceu que o Asilo da sua cidade abriga 100 idosos e 80 não são do Municípios. A
565 UPA atende 30% de pessoas que também são de outros Municípios que nada contribuem. Sabe-se que é
566 necessário proceder esse atendimento, mas a dinâmica não é compreendida. Questionou se após essas
567 duas residências inclusivas viriam outras e a resposta trouxe a informação de que são cinco casas

568 previstas no Plano Plurianual. **·Constituição da Comissão -** ·Conselheiros do segmento governamental
569 – Marli Mussulini (SEDS) – Cíntia Beal Rush(SEPL) ·**Conselheiro da Soc. Civil-** - Paulo Silvério Pereira
570 (APAE de Ibiporã) – Rosilene Lavezzo Mello (CRESS-11ª Região). No momento seguinte, o **Conselheiro**
571 **Vanderlei Augusto da Silva** (Reg. De Cascavel) que havia solicitado inclusão de pauta, voltou a apontar os
572 constantes pareceres para o PAA e CONAB solicitados aos CMAS. Uma vez que não existe essa
573 competência, sugeriu que seja emitido um documento dirigido aos Municípios, para que constituam os
574 seus Conselhos de Segurança Alimentar. Foi aprofundado pelo **Presidente Leandro** (SEDS) que uma nota
575 técnica já foi expedida. Diante da reincidência, definiu-se pelo reecaminhamento, desta vez uma circular,
576 dirigida aos Conselhos Municipais, Escritórios Regionais e Conselhos Estaduais. Na sequência, os
577 Conselheiros foram informados que os informes referentes ao **Encontro Estadual do PETI** ·(SEDS) e
578 sobre a **frequência escolar** (SEED), serão encaminhados ao Colegiado via e-mail. **·Relato da Sociedade**
579 **de Civil- Conferências** Compartilhando trabalho para multiplicar realizações, o **Conselheiro Paulo**
580 **Silvério Pereira** (APAE de Ibiporã) relatou a profícua ação desenvolvida pelos Conselheiros da Sociedade
581 Civil, que se disponibilizaram a ministrar palestras nas Conferências Municipais. Essas experiências foram
582 consideradas extremamente positivas, merecendo até um espaço de tempo maior. Na maioria das vezes,
583 as Conferências foram brindadas pela participação de um público qualificado, que se fez presente até o
584 final do evento, (Juizes, Promotores, Vereadores, entre outros). De uma forma geral, os Conselheiros da
585 Sociedade Civil foram unânimes em afirmar que a impressão sentida nessa participação foi das mais
586 positivas, trazendo a flagrante realidade que ocorreram melhorias na qualificação dos trabalhos da
587 Assistência Social. A pedido da **Vice- Presidente Inês Roseli**, o Presidente do Conselho Estadual dos
588 Direitos do Idoso, **Conselheiro José Araujo da Silva** poderá também encaminhar o relato sobre o que vem
589 acontecendo na área do idoso. **·Conjuntura das ações do Pronatec para 2015-** Técnica Odelita
590 (SEDS) abriu-se um espaço, para colocar que esse processo é baseado em programa do MEC. Foi
591 esclarecido que no ano passado, o envio das demandas de vagas foi realizado via sistema, num curto
592 prazo, e sem o devido preparo das equipes. Como consequência, cerca de 50% dos Municípios não
593 tiveram condições de participar em tempo hábil. O MEC acabou postergando e a ação somente será
594 executada no 2º Semestre. Polêmicas acabaram sendo geradas nos Municípios, com referência aos
595 mapas e ao resumo das vagas de todos os cursos do PRONATEC, disponíveis somente para os ofertantes
596 de cursos:- Sistema S e UFPR. **·Análise para 2015-** 214 Municípios – 54% enviaram- 90,540 vagas.
597 Dentro do Estado já foram realizadas reuniões com as ofertantes, que deverão atender mínimamente os
598 Municípios que receberam os recursos. **·Dia 20/07-** 1º Reunião com a SEDS, área do Trabalho e as
599 demais Secretarias que possuem alguma ação do PRONATEC. **·2º Informe-** O CAD Único como
600 ferramenta de acesso a várias Políticas Públicas, deverá ser urgentemente atualizado, evitando a
601 **exclusão lógica** de cadastros. Há outros processos de limpeza- os Municípios recebem listas das famílias
602 com irregularidades nos dados. Vale dizer que o 2º lote de averiguação cadastral irá até 17/07. para o ano
603 que vem, caberá um novo instrumento de avaliação dessa execução. **·Carteirinha do idoso-**
604 **Conselheira Rosilene Mello- CRESS.** Visando colaborar, a Conselheira citou que muitos idosos não tem
605 conseguido obter esse documento, a ser gerado no sistema. Essa população tem tentado viajar e acaba
606 esbarrando nos problemas com as empresas de ônibus, achar uma estratégia que permita o
607 funcionamento desse serviço; os problemas precisam ser identificados com nomes, etc para que haja a
608 devida pressão. Os exemplos precisam ser concretos, já que existem outras inconsistências que são
609 nacionais. Os momentos finais dessa Assembleia foram tomados por algumas discussões referentes à
610 gratuidade das passagens para idosos, bem como a redução de 50% em outras, determinação essa
611 contida no Art.40 do Estatuto. Comentou-se que no caso de haver desrespeito dessa legislação federal,
612 as pessoas deverão ser orientadas a chamar a polícia. Segundo o Presidente do Conselho Estadual dos
613 Direitos do Idoso-CEDI/PR, **Conselheiro José Araujo da Silva** presente na Assembleia do CEAS/PR, em
614 audiência com a **Sra. Secretária Fernanda Richa**, o Colegiado encaminhou um projeto referente a
615 transporte gratuito intermunicipal. **·Relato do representante do CEAS no CEDCA Conselheiro Paulo**
616 **Silvério Pereira-** as considerações serão encaminhadas aos Conselheiros via e-mail. **·Presença**
617 **de moradores** em situação de rua nas marquises em dias de frio. - Solicitação de informações dirigidas à
618 gestão Municipal de Curitiba, no que se refere ao andamento desses serviços de atendimento. -Ofício
619 desse Conselho, em conjunto com a gestão Estadual. ·A presente Ata foi gravada e redigida por Regina
620 Amasiles Rodrigues Costa, servidora da SEDS, digitada por Angel Steffani, sendo a Secretária Executiva
621 Helena Navarro Gimenez.